

MEMÓRIA DE OUTRA CIDADE: OS QUILOMBOS E A URBANIZAÇÃO DE SALVADOR (BA)

*MEMORY OF OTHER CITY: QUILOMBOS
AND SALVADOR (BA)'S URBANIZATION*

*MEMORIA DE OTRA CIUDAD: LOS
QUILOMBOS Y LA URBANIZACIÓN DE
SALVADOR (BA)*

RINALDO DE CASTILHO ROSSI

Universidade Federal da Bahia (UFBA),
Salvador/BA

E-mail: rinaldorossi.geo@gmail.com

Resumo: A ciência tem sido cobrada a pensar o mundo a partir da pluralidade dos povos; tarefa importante, especialmente nas Américas, onde povos originários, povos da diáspora e migrantes sofreram processos de exploração específicos, construindo espaços a partir de cosmovisões e estratégias particulares. Com base na crítica decolonial, o artigo analisa como as territorialidades quilombolas constroem a memória e influenciam o espaço urbano. Considerando que a memória oficial da cidade e a educação formal pouco tem incorporado a percepção destes grupos, trata-se de evidenciar seu *locus* de enunciação por meio de uma genealogia entre conhecimentos científicos e saberes populares. Além de analisar os efeitos da colonialidade em Salvador (BA), são feitas considerações acerca do *kipovi cabuleiro* e do quilombo da Nova Constituinte. Os procedimentos metodológicos incluem revisão bibliográfica, pesquisa documental, registros em campo e entrevistas semiestruturadas. As evidências demonstram nexos do passado e do presente nas no patrimônio e nas estratégias de combate ao racismo e à colonialidade.

Palavras-chave: história da cidade, quilombo, segregação, colonialidade, urbanização.

Abstract: Science has been asked to think the world from different people's perspectives; especially in the Americas where native people, those from diaspora and migrants have produced space by their own strategies. Considering decolonial critics in Geography, this manuscript analyzes how territoriality of *quilombos* have construct memory and influenced urban space. Knowing that their perception are not included in official city's memory, it is necessary evidence their enunciation with a genealogy of knowledge that incorporate local and ancestral acquaintance. Besides discuss the effects of coloniality in Salvador (BA), it is analyzed with more details the *kipovi cabuleiro*, and the *urban quilombo Nova Constituinte*. The evidences show a parallel between past and contemporary strategy to confront effects of racism and coloniality.

Keywords: city's history, *quilombo*, segregation, racism, urbanization.

Resumen: Se le ha cobrado a la ciencia que piense el mundo desde la perspectiva de diferentes personas; especialmente en las Americas donde los nativos, los pueblos de la diáspora y los emigrantes han producido espacio con sus propias estrategias. Teniendo en cuenta la crítica decolonial en Geografía, este artículo analiza cómo la territorialidad de los quilombos construye la memoria e influye el espacio urbano. Sabiendo que su percepción no está incluida en la memoria oficial de la ciudad, es necesario evidenciar su *locus* de enunciación a través de una genealogía entre conocimiento científico y el saber local y ancestral. Además de discutir los efectos de la colonialidad en Salvador (BA), se analiza con más detalles el *kipovi cabuleiro* y el quilombo urbano Nova Constituinte. Las evidencias muestran un paralelo entre el pasado y la estrategia contemporánea para enfrentar los efectos del racismo y de la colonialidad.

Palabras clave: historia de la ciudad, quilombo, segregación, colonialidad, urbanización.

Introdução

Os estudos sobre a produção do espaço urbano e sobre a história das cidades, na sua maioria das vezes, está atrelado a teorias desenvolvidas a partir dos princípios da economia política, fundamentadas ou não em perspectivas críticas.

Se por um lado, as pesquisas em História Econômica e em Geografia crítica têm sido fundamentais para se obter uma maior sistematização sobre os enredos e problemas que envolvem a urbanização, por outro, uma epistemologia demasiadamente focada na dinâmica das classes sociais e nas leituras sobre a modernidade pode relegar a um segundo plano as práticas sociais e memórias da pluralidade de grupos que constroem seu lugar nas cidades.

Nas Américas, essa preocupação torna-se ainda mais relevante, na medida que povos originários, povos da diáspora e imigrantes muitas vezes produziram seus espaços de modo particular, a partir de cosmovisões próprias e de resistência a problemas que os atingem de modos específicos. Vale ressaltar que a proposição de uma abordagem teórico-metodológica mais capacitada a lidar com essas realidades não implica, em nossa concepção, o descarte das formulações propostas pela teoria crítica e pelo materialismo-histórico-dialético, apenas uma revisão de aspectos e introdução de outras concepções epistêmicas.

O presente artigo dialoga com as proposições assinaladas, evidenciando a história e a geografia de territorialidades negras, urbanas e suburbanas, que possuem identidade e/ou descendência direta com quilombos. Portanto, trata-se de um estudo que não está restrito aos princípios metodológicos tradicionais das ciências humanas, propondo uma leitura decolonial da ciência e das fontes científicas.

Ou seja, para sistematizar e analisar a trajetória socioespacial desses povos, ressaltando seus próprios *loci* de enunciação, torna-se necessário a realização de uma “genealogia”

entre conhecimentos científicos e saberes populares e locais¹, o que só pode ser feito com uma valorização da oralidade como fonte científica.

Assim, além de uma leitura mais geral da história de Salvador a partir desse prisma, o artigo dedica-se a analisar com maior detalhamento o caso do quilombo urbano de Nova Constituinte e o do *kipovi cabuleiro*, esta última, descendente da territorialidade quilombola suburbana *kimbula*; correspondendo à origem da ocupação inicial do distrito do Cabula na capital baiana.

O estudo de ambos os casos reforça a importância de se olhar a história e a geografia da cidade por um outro ângulo, no intuito de demonstrar como, até hoje, a identidade de certos grupos com a cidade perpassa a resistência aos efeitos do modelo escravista pretérito que se perpetuam no tempo presente através de valores culturais e fronteiras, sustentadas na colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2005). Desse modo, as versões dos fatos, segundo esses povos, não é contada nos livros didáticos e pouco é mencionada na academia.

Colonialidade e urbanização: o caso de Salvador (BA)

A chegada do século XXI é marcada, no caso brasileiro, por uma demanda social crescente pela inserção de negros, indígenas, povos e comunidades tradicionais na política, na economia e na produção do conhecimento científico.

Nada mais justo, uma vez que a maioria da população brasileira apresenta fenótipo semelhante aos povos que sofreram

1 Ao criticar a negação dos saberes a partir do discurso científico, Foucault (1979) propõe uma “genealogia do conhecimento”.

com a colonização. Segundo o IBGE, em 2010, 56,2% da população se declarou negra, índia ou parda, enquanto que 43,8% se declarava branca. A renda salarial e a escolaridade dessa maioria é a que, por outro lado, apresenta piores índices. No caso dos negros, apenas 9,3% possuíam ensino superior completo em 2017².

Isso ajuda a compreender o predomínio da perspectiva eurocêntrica como abordagem na produção científica, uma vez que o conhecimento universitário tem sido uma das ferramentas de legitimação de discursos dominantes (FOUCAULT, 1979). Pode-se dizer que as disciplinas científicas e a inserção de universidades em colônias ampliaram a influência dos Estados Modernos sobre povos e terras em outros continentes; propósito para o qual a Geografia e a História exerceram papel importante (COSTA, 1992; CASTRO, 2005).

Hoje, o conhecimento científico tornou-se também um instrumento para refletir sobre e fortalecer a soberania dos povos e construir, como chamou Santos (1987) de novos “marcos civilizatórios”. Nisso concerne a chamada crítica colonial, estabelecendo a necessidade de superação de paradigmas científicos pautados exclusivamente na reflexão sobre a modernidade.

Ao considerar que as teorias, até as mais críticas, recorrem no erro do eurocentrismo, muitas vezes ignorando as cosmovisões e epistemologias não-eurocentradas, o movimento decolonial se coloca como um paradigma de formulação e prática no campo científico e no político, ganhando força como uma linha de pensamento da América

2 Até 2000, apenas 2,22% dos negros possuíam ensino superior no Brasil (IBGE, 2000), o quadro teve aumento com as ações afirmativas e outras políticas no período Lula e Dilma, chegando a 9,3%, em 2017 número ainda baixo em relação ao dos brancos que chega a 22,9% (PNAD, 2017).

Latina, que parte de princípios gerais dos movimentos descoloniais, originados no oriente.

Esse campo formula a noção de colonialidade do poder, que parte do pressuposto de que o racismo constitui um princípio organizador das relações de poder do sistema-mundo e que tem na acumulação de capital em escala mundial uma de suas principais implicações. Este racismo estrutural não se reflete apenas no trabalho forçado, mas também no controle do Estado e de suas instituições sobre a cidadania e a cultura dos povos subjugados, consequentemente reduzindo sua representatividade no contexto da produção do conhecimento científico (QUIJANO, 2005; BERNADINO-COSTA; GROSGUÉL, 2016).

Para os teóricos decoloniais, são diversas as fronteiras existentes na sociedade dos países empobrecidos que demarcam as precárias áreas que são acessíveis aos grupos étnicos excluídos, por não serem de interesse dos grupos dominantes. Fala-se assim de bolsões de pobreza rural, aldeamentos indígenas isolados e sem direito a terra originárias, guetos e quilombos urbanos, para se ter uma ideia de como essa fronteira pode ser manifestada, expressando diferenças de origem colonial.

A diferença se torna visível na sociedade segregada e separada. Pertencer culturalmente a um determinado grupo é algo que todos partilham em sua própria especificidade, tornando-se uma particularidade universal e concreta. As identidades culturais se definem pelo estabelecimento dos limites do que são pelo que não são, fundadas sobre a exclusão (MOTA, 2016: 53).

Cabe ressaltar que nas sociedades segregadas, que tem na afirmação da identidade cultural um modo de resistência, a adesão a

esta identidade não abarca todos, de modo que o poder colonial atua também na cooptação de membros do próprio grupo social ao qual se impõe uma fronteira de traço colonial.

Esses princípios relativos à colonialidade do poder e do saber têm contribuído cada vez mais para os debates sobre cidades e metrópoles nas Américas e no Caribe. Trata-se de evidenciar que a colonialidade e a segregação no contexto urbano possuem motivação/fundamento étnico-racial em grande parte das vezes, revelando-se naquelas áreas inadequadas a moradias, onde predominam descendentes da diáspora, povos originários e alguns grupos de imigrantes.

O fator locacional e os recursos disponíveis para construir a moradia, combinados à discriminação, implicam a desvalorização cultural e a desvantagem destes grupos frente a outros, elementos que têm se perpetuado como colonialidade, no poder e no saber, mesmo após processos de independência ou abolição.

Inúmeros casos já analisados e publicados podem ser citados. Não é uma exclusividade, mas as Américas e Caribe são muito propensas a esta realidade pela colonização antiga e pelos processos migratórios, voluntários ou forçados, possuindo assim muitos exemplos: a pobreza dos descendentes de indianos na Guiana (CONSTANTINE, 2016), a luta dos nativos em Chicago (LAPIER; BECK, 2015), a urbanização dos *pueblos de la cuenca* no entorno da Cidade do México (PORTAL, 2013).

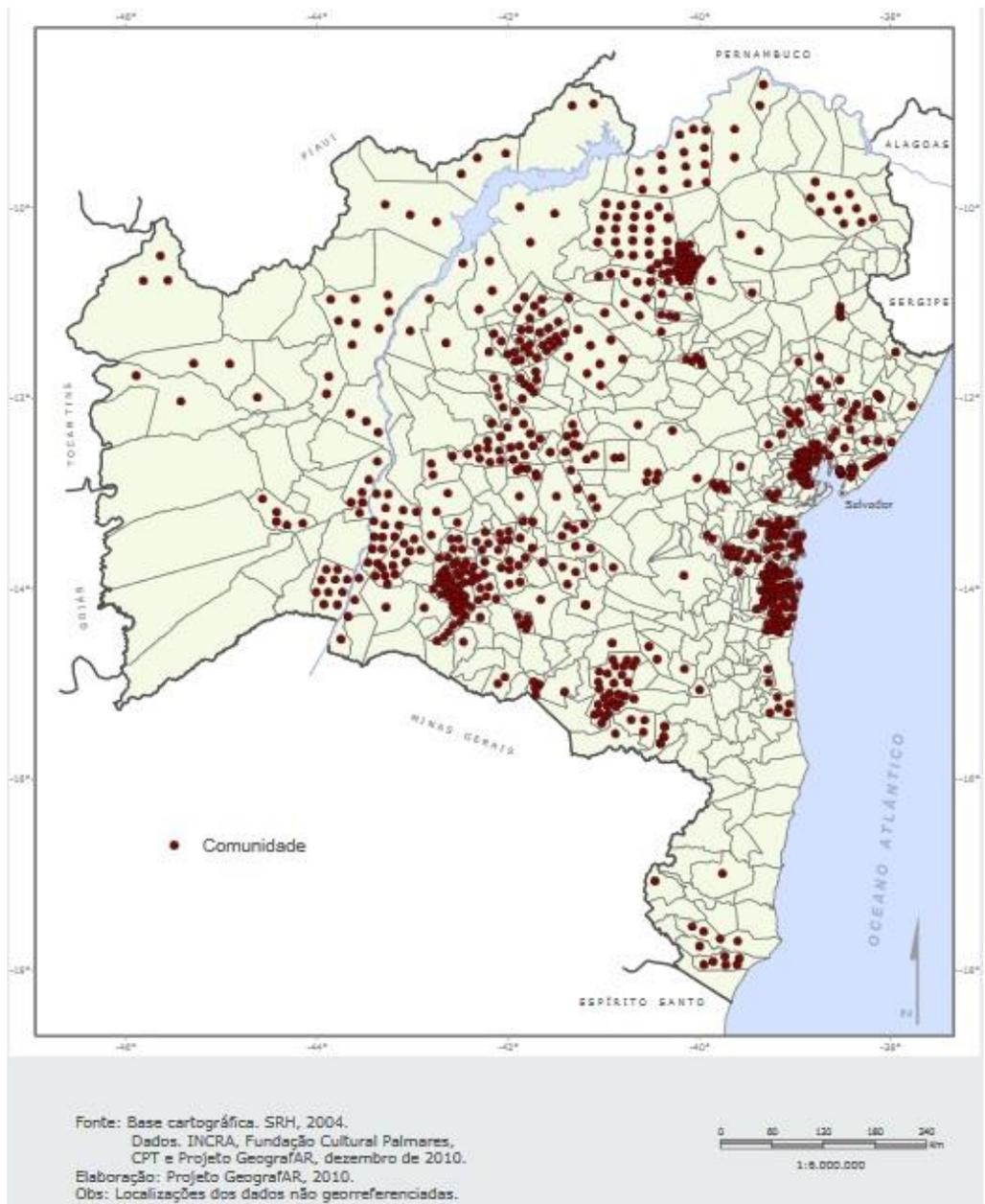
No Brasil, há muitas situações semelhantes, com destaque para periferias urbanas onde prevalecem povos originários, principalmente, no norte do país; bem como na concentração negra em bairros populares, favelas ou quilombos em cidades com histórico colonial destacado como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Rio

de Janeiro, estas duas últimas estudadas a fundo por fez Garcia (2006).

Para se ter uma ideia, Matoso (1990: 53), afirma que, entre 1502 e 1860, mais de nove milhões e meio de africanos escravizados foram levados para as Américas, sendo que, deste montante, três a quatro milhões vieram para o Brasil.

O fato de Salvador ter um dos principais portos do tráfico de pessoas escravizadas ao longo do período colonial e da produção regional de cana-de-açúcar e fumo terem como base o escravismo; fez com que o Estado da Bahia e sua capital, se tornassem uma área de volumosa ocupação de negros e negras fugidos, que formaram quilombos por todo o interior, como revela a figura 1.

Figura 1: Comunidades quilombolas identificadas (2010).



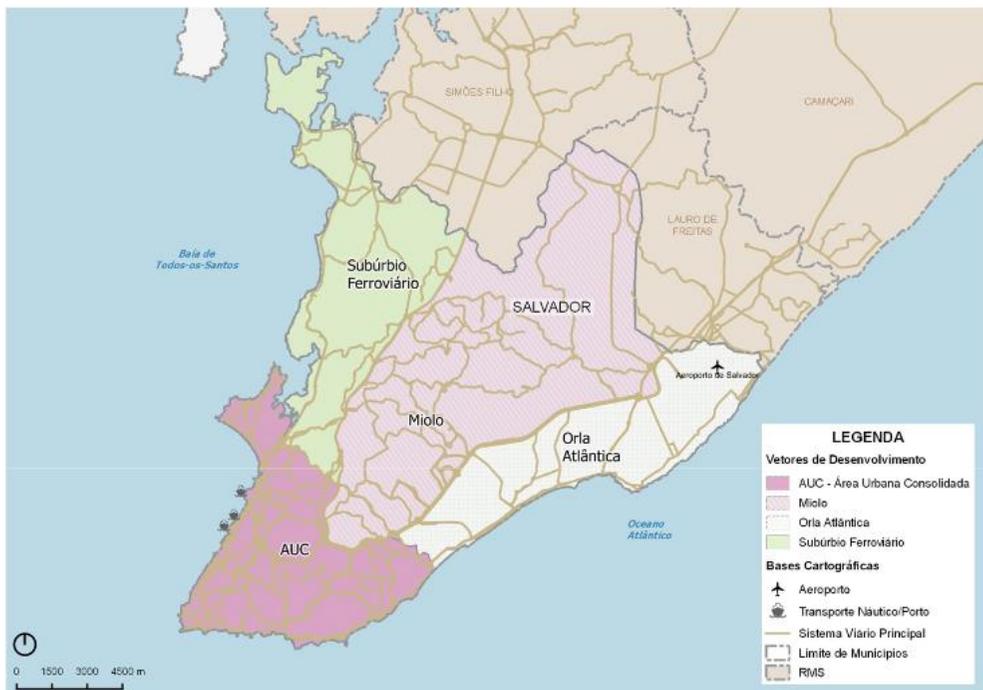
Fonte: Grupo Geografar (2010).

Ao discorrer sobre a formação dos territórios negros na cidade do Salvador, Garcia (2006) defende o caráter racial da

segregação, identificando a prática que ficou conhecida por “invasão”, como alternativa de sobrevivência dos ex-escravizados urbanos e também dos rurais, que conta das crises e conflitos no campo buscaram as cidades no final do século XIX e ao longo do século XX.

Pode-se considerar que o Subúrbio Ferroviário (figura 2) é uma das áreas mais antigas de ocupação suburbana na cidade, sendo, sendo o primeiro vetor regional que conectava Salvador aos engenhos de açúcar e, posteriormente, à economia do fumo, pela orla da Baía de Todos os Santos, possibilitando o surgimento de uma região que ficou conhecida como Recôncavo Baiano.

Figura 2: Setores da cidade de Salvador.



Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador (2017).

Nesta área passa a ocorrer, a partir do primeiro século de invasão portuguesa, ocupação das terras não apenas pelo sistema

colonial, mas também por negras e negros que conseguiram se libertar ou que, de algum modo estabeleciam relações periódicas com áreas negras suburbanas, Assim foram consolidados lugares que poderiam ser sagrados, como o Parque São Bartolomeu e os terreiros religiosos, ou lugares de moradia de mocambos ou quilombos.

Outros vetores da cidade foram utilizados pela ocupação de escravizados e posteriormente dos mais pobres. Ocupando áreas entre o Subúrbio Ferroviário e um setor conhecido como Miolo, consolidou-se, por exemplo, o Quilombo do Urubu, com a expressiva liderança de Rainha Zeferina, sendo protagonista de uma revolta popular de destaque no século XIX (REIS, 1996).

Não apenas no Subúrbio Ferroviário instalaram-se os quilombos, e estes exerciam influência na cidade, na economia com a agricultura e o trabalho de ganho, e no cotidiano, atuando na política e na cultura:

No início do século XIX, os quilombos suburbanos – no Cabula, Matatu ou Itapoan, nas imediações de Salvador – estavam cada vez mais integrados à vida da escravidão urbana, talvez mesmo servindo, às vezes, como destinação de fugas temporárias, centros de assistência e descanso para os escravos urbanos (REIS, 1996, p. 377).

Tratando especificamente na grande área do Cabula – que passou a denominar um distrito e um bairro homônimo –, muitas são as evidências da consolidação dos quilombos suburbanos no século XIX, com ocupação dispersa de vizinhanças negras (MOTA, 2016).

A territorialidade negra do Cabula é analisada por Nicolin (2016), que interpreta a memória acerca desta ancestralidade como o *kipovi cabuleiro*. Esta área de morros, mata atlântica e abundância hídrica atendeu à busca por uma terra onde se pudesse exercer uma

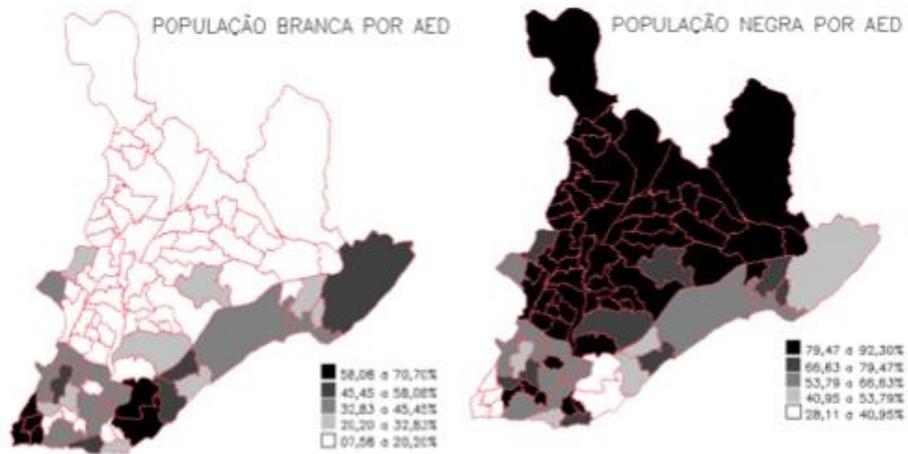
cosmovisão africana. Assim foram emergindo lugares construídos a partir de um histórico de práticas comuns quanto a organização comunitária, religiosa e política.

Ocorre que, até o final do século XIX, a ocupação da cidade de Salvador esteve restrita ao sítio original da cidade-fortaleza construída pelos portugueses, estendendo-se por poucas áreas próximas como a Cidade Baixa, Vila Velha (atual Barra), entre outras. A instalação de linha férrea conectando Salvador ao Recôncavo facilitou, no início do século seguinte, a ampliação das ocupações residenciais e a instalação de indústrias ao longo do Subúrbio Ferroviário.

Outras áreas suburbanas permanecerão praticamente isoladas ao longo da primeira metade do século XX, passando a serem integradas à malha urbana apenas a partir de 1950 com o crescimento do êxodo rural e a inserção do automóvel e, posteriormente, com a indústria da construção civil.

De acordo com Garcia (2006), o modo como cresceu a cidade, na transição do modelo escravista ao republicano, trouxe, entre outras consequências, a crise habitacional, com a exclusão da grande maioria da população dos meios de acesso à casa própria ou ao aluguel, deste modo, aos ex-escravizados só restou ocupar morros, baixadas e alagados; fato semelhante ocorreu com os negros e indígenas oriundos dos bolsões de pobreza do interior.

Na atualidade, as marcas deste processo ficam evidentes em Salvador onde os negros, mais de 80% da população total, concentram-se, principalmente, em bairros de “baixo *status*”, enquanto a população branca, cerca de 20% do total, se concentra, principalmente, nos bairros de grupos com renda alta e média alta (GARCIA, 2006), conforme demonstra a figura 3.

Figura 3: Raça por área de ponderação em Salvador (2000).

Fonte: Garcia (2006).

Os dois setores com maior concentração de população negra e de baixa renda são o Subúrbio Ferroviário e o Miolo, áreas que, não por coincidência, registram presença de quilombos ao longo dos séculos XVIII e XIX. O quadro de segregação se perpetuou nessas áreas por conta do próprio planejamento socialmente excludente da cidade, que se expandiu mais efetivamente após 1960.

No período militar a exploração do petróleo e da indústria química no solo baiano possibilitou a expansão metropolitana da cidade com a construção de estradas, portos, avenidas de vale, polos industriais entre outros equipamentos. Nesse período, o Subúrbio Ferroviário e o Miolo foram setores escolhidos para instalação de moradia popular (conjuntos habitacionais), fábricas e galpões, além de outros equipamentos que depreciaram o valor do solo, a exemplo das penitenciárias.

O Subúrbio Ferroviário, por exemplo, apesar de possuir uma das orlas mais bonitas de Salvador, recebeu historicamente menores

investimentos públicos, concentrando alto índice de pobreza e desemprego. Nesta área situa-se o bairro Nova Constituinte, um dos quilombos urbanos que serão estudados nesse manuscrito.

No limite sul do setor Miolo, próximo aos bairros construídos pelo mercado imobiliário e pelos governos (Pituba, Caminho das Árvores, etc), ocorreu intensa instalação de infraestrutura, com a canalização de rios por exemplo, sendo ali construído um novo subcentro da cidade a partir de 1970, visando atender atividades de comércio e serviços, com a instalação do Shopping Iguatemi, símbolo da modernização, na época.

Esta área tornou-se o subcentro do Vale do Camarajipe, em homenagem ao rio que foi modificado para sua instalação. Conhecida como “região do Iguatemi”, esta centralidade se encontra em constante expansão, com outros *shoppings*, Terminal Rodoviário, edifícios comerciais, serviços públicos, etc.

Este subcentro é adjacente ao distrito do Cabula, subárea do Miolo da cidade assim batizada pela identificação histórica com a territorialidade quilombola do *kimbula*, onde muitas ocupações populares suburbanas se consolidaram desde o final do século XIX, dando origem, posteriormente, a bairros populares e de maioria negra que se consolidam a partir da segunda metade do século XX.

A construção do subcentro do Vale do Camarajipe favoreceu a urbanização no distrito do Cabula, por meio de projetos do poder público e do mercado imobiliário, com a construção de unidades habitacionais privadas e de programas habitacionais. Por outro lado, essa urbanização tornou o distrito do Cabula área atrativa para a

ocupação popular e a autoconstrução³ das moradias em ocupações como a Saramandaia, apresentada na figura 4.

Esta breve revisão da história da cidade de Salvador é reveladora das desigualdades sociais existentes e de como elas se espacializam, criando o que Garcia (2006) chamou de territórios negros que apresentam investimentos públicos mais rarefeitos, mais sujeitos a insalubridade e a violência.

Figura 4: Ocupação da Saramandaia e subcentro do Camarajipe (1978).



Fonte: Acervo Público da Prefeitura Municipal de Salvador, Bahia (1978).

Essas fronteiras socioespaciais intra-urbanas consolidam-se, portanto, no plano material e simbólico. A formação destes territórios negros vem acompanhada, por sua vez, de sentimentos de não representação junto ao poder público, sendo que a história desses lugares geralmente não constam na “memória oficial” da cidade.

³ A construção da moradia pelos próprios trabalhadores nas cidades brasileiras é definida como autoconstrução em Oliveira (1972).

Mesmo no campo acadêmico, muitos destes territórios negros sequer foram alvo de qualquer apreciação científica nas dissertações e teses universitárias.

A reprodução deste cenário foi qualificada por Garcia (2006) por meio do conceito de segregação urbana e racial, enfatizando a compreensão de que, mesmo após a independência e o fim da escravidão não é encerrada a exploração e a opressão dos negros e negras no processo de urbanização. Segundo a autora, estes passaram a sofrer os efeitos da colonialidade, presente na própria política urbana e também no campo do conhecimento, uma vez que a cada nova geração que nasce, mais se perde a memória de como os povos da diáspora construíram a cidade.

Esta problematização favorece a discussão sobre o papel dos quilombos para a compreensão da história de cidades escravagistas e coloniais como Salvador. Algumas questões se colocam, como qual o papel dos quilombos na formação dos subúrbios de Salvador na primeira metade do século XX e qual as repercussões socioespaciais desses territórios na metropolização, decorrente do ciclo de expansão e industrialização pós-1970, com forte presença da indústria petroquímica.

A construção de infraestrutura para a expansão urbana, conduzida a mão de ferro pelo governo militar, foi responsável pela desapropriação de muitas comunidades tradicionais e gerou impactos ambientais decisivos para pescadores e marisqueiras, quilombolas, agricultores, entre outros grupos que se instalaram no subúrbio de Salvador e no entorno da Baía de Todos os Santos.

Porém, muitos permaneceram em seus territórios ou mantiveram vínculos com eles até hoje, de modo que o espaço metropolitano possui lugares onde a memória local revela a

resistência de muitas famílias para permanecerem em seus territórios e conseguirem manter elementos de sua cultura.

Alguns casos curiosos, como o do quilombo Alto do Tororó, situado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, já no limite do município, são frutos de processos em muitos períodos diferentes. Como afirmou Nascimento (2013), há evidências de que a localidade é habitada por Tupinambás desde antes da chegada dos portugueses. Passou a abrigar alguns negros no período colonial, porém segundo a memória local, destaca-se a década de 1950 como momento em que negros(as) quilombolas que viviam no Recôncavo mudaram-se massivamente para o Alto do Tororó consolidando o quilombo urbano.

Isso nos leva a considerar relevante o estudo dos nexos entre quilombos suburbanos e a construção social do lugar e/ou do bairro em metrópoles que foram centros escravagistas, como Salvador.

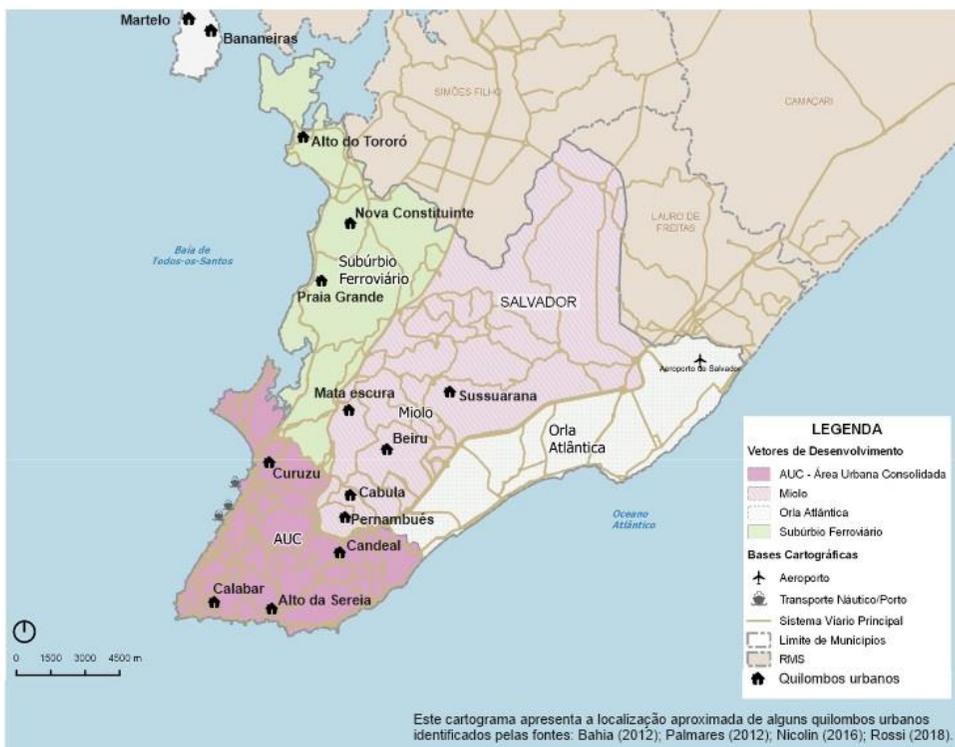
Outra questão importante diz respeito a pensar a construção do quilombo urbano no século XX, buscando analisar territórios onde a afirmação quilombola representa uma tática de enfrentamento à colonialidade, aos projetos de reestruturação espacial e à discriminação racial.

O Plano Estadual de Habitação Social e Regularização Fundiária (PLANEHAB), produzido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia em 2012 identifica comunidades quilombolas em Salvador com base em pesquisas científicas e dados da Fundação Palmares⁴.

4 Alto Da Sereia, Calabar, Candeal, Curuzu, Praia Grande, Bananeiras (Ilha De Maré), Martelo (Ilha De Maré), Alto do Tororó foram identificados como quilombos de Salvador com base em dados institucionais e de pesquisa (UFBA, 2015; BAHIA, 2012; PALMARES, 2012).

Os quilombos urbanos citados pelo poder público e outros identificados a partir de pesquisa autoral foram a base para elaboração de um esboço da espacialização dos quilombos urbanos da cidade (figura 5). Esta não pretende ser uma representação final, visto que outros lugares podem possuir uma autoafirmação e/ou descendência direta quilombola e não constarem nesta sistematização.

Figura 5: Quilombos urbanos em Salvador (2019)



Fonte: Adaptado de Salvador (2017) por Rinaldo Rossi (2019).

Algumas dessas áreas são fruto da migração de negros e negras para áreas suburbanas ao longo da primeira metade do século XX, como no caso do Alto da Sereia, “invasão” situada em um dos bairros mais turísticos de Salvador, o Rio Vermelho. Esta área é

reconhecida por muitos moradores como remanescente de quilombo e teve sua ocupação intensificada na década de 1920 (HÖLLDAMPF; ROTHFUSS, 2013).

O estudo do papel dos quilombos na conformação de grandes cidades pode contribuir muito com os estudos urbanos. Ou seja, além da possibilidade de traçar linhas de descendência direta entre quilombos suburbanos e os atuais bairros periféricos, como será analisado no caso do *kipovi cabuleiro*, o caráter autodeclaratório da formação de um quilombo e o recente reconhecimento de quilombos urbanos, discutidos por Carril (2006), favorecem a reflexão sobre a identidade política e cultural como modo de resistir à segregação e à colonialidade, como evidencia o caso do quilombo de Nova Constituinte.

Construir um nexos histórico e geográfico entre quilombos suburbanos, quilombos urbanos e a urbanização das cidades exige, assim, o uso de uma base epistemológica capaz de evidenciar a história e a geografia de um ponto de vista de grupos periféricos que a produzem.

Nesse quesito o pensamento decolonial e o uso da oralidade como fonte possuem grande relevância como forma de reconstituir e analisar a espacialização dos povos da diáspora africana, auxiliando a interpretação de associações populares e práticas sociais que não estão registradas em documentos oficiais e em trabalhos acadêmicos.

Metodologia: oralidade e análise do território

Conforme exposto no item anterior, este artigo tem como proposta abordar a história e a geografia da cidade a partir de uma leitura sobre os efeitos da colonialidade no tempo presente, a fim de

evidenciar fronteiras que se estabelecem, no campo material e simbólico, entre frações do espaço urbano e entre os saberes sobre o espaço urbano.

A abordagem decolonial, portanto, auxilia esta pesquisa a identificar aspectos da realidade que a crítica da economia política talvez demonstre alguns limites de interpretação. A proposta epistêmica decolonial permite, por exemplo, ampliar a acepção do conceito de segregação socioespacial, trabalhado pela Geografia marxista-lefbvriana, incluindo também uma acepção étnico-racial, que não nega os conflitos de classe mas redimensiona-os, destacando aspectos raciais.

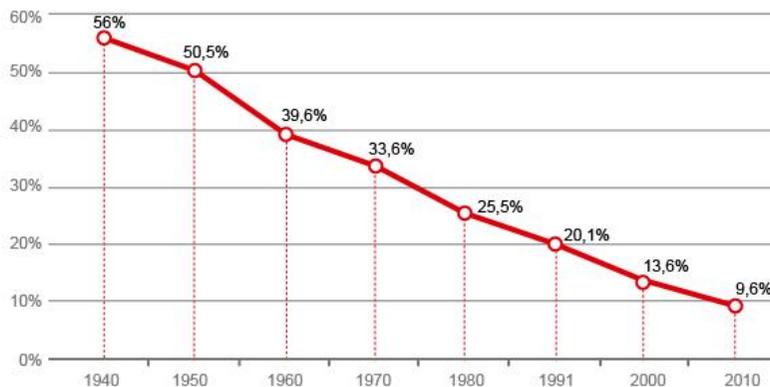
Isso, por si só, já é uma reflexão bastante importante para o estudo da história das cidades e de suas dinâmicas, porém, esta proposta teórico-metodológica também visa discutir criticamente o processo de produção da ciência e da validação de fontes científicas.

Conforme comentado, um dos principais pilares da colonialidade está na produção e legitimação do saber, o que impacta diretamente na educação formal e seus instrumentos; fazendo, no caso brasileiro, com que a população negra tenha sido historicamente alijada deste direito.

Se o analfabetismo é um problema sério no Brasil (gráfico 1) e o número de negros nas universidades só passou a obter um crescimento mais sensível no século XXI, é lícito considerar que poucos dos homens e mulheres que construíram a geografia das

periferias urbanas tiveram acesso aos instrumentos técnicos e oficiais para redigirem suas histórias.

Gráfico 1: Taxa de analfabetismo no Brasil de 1940 a 2010.



Fonte: Censos do IBGE (1940-2010).

As reflexões de Foucault (1979) sobre a relação entre conhecimento e poder contribuem para pensar o problema, onde alguns grupos por sua posição ao longo do processo histórico mundial podem ser considerados à margem do discurso científico oficial. O uso, na modernidade, de um discurso científico como instrumento de poder pelos países centrais resulta na deslegitimação do saber produzido e difundido a partir de outras matrizes societárias.

A tarefa de construção de um conhecimento que dialogue com a pluralidade de linguagens, culturas, nacionalidades no tempo presente pode (e deve) – ser realizada por meio da construção de uma “genealogia do conhecimento” que evidencie o saber e o fazer popular/ancestral, que deve ser incluído, não sem critérios, como

possíveis fundamentos do saber científico; e que a estes agentes sejam dados os seus devidos créditos.

Santos (1994) ao discutir a produção do saber sobre o espaço habitado, apresenta a importância das percepções para o estudo geográfico. Reconhecendo a importância, especialmente para estudar os lugares periféricos, de compreender os olhares sobre a urbanização, também dos próprios moradores.

Ao pensar a incorporação das experiências dos habitantes ao método da Geografia e das Ciências Humanas, Santos (1994) destaca que a percepção de um indivíduo não é ainda conhecimento científico, devendo ser contrastada em outras etapas, para que possa compor uma análise mais ampla do espaço, que envolve também a compreensão acerca da percepção de outros indivíduos e grupos que participam do mesmo recorte. Assim, o estudo das experiências individual e coletiva é definido como fonte/etapa importante para os estudos urbanos.

Esta tese é defendida no presente artigo, considerando que a análise das percepções não-oficiais sobre o espaço são importantes por desvelarem sua natureza. Esse raciocínio teórico-metodológico se apoia no conceito de “memória coletiva”, segundo elaboração de Pollak (1989). Segundo sua proposta, há uma memória coletiva em disputa e, especialmente em governos autoritários, algumas narrativas tendem a ser censuradas ou optam por manter-se escondidas. Ao terem dificuldades de se inscrever na memória

nacional ou pública, por conflitos de ordem política e/ou cultural, podem ser consideradas como memórias subterrâneas.

Fazendo uma crítica à elaboração clássica do conceito de memória coletiva estruturada e hierarquizada a partir dos símbolos e discursos oficiais, por vezes associada à construção de um sentimento nacionalista⁵; Pollak (1989: 4) apresenta uma memória em disputa, onde a história oral é a ferramenta para grupos excluídos e culturas contra-hegemônicas se posicionarem e resistirem, o que, nos marcos da reflexão científica, “reabilita a periferia e a marginalidade”.

Muitas vezes o “não dito”, a que se refere Pollak (1989) é parte de um mecanismo de proteção, princípio necessário para interpretação histórica e geográfica sobre quilombos, onde o esconderijo físico e discursivo, apontado por Carril (2006), eram táticas fundamentais no período escravista. Por efeitos da colonialidade, continuou sendo ao longo de todo o século XX, até que, com o reconhecimento dos direitos dos quilombos na Constituição brasileira de 1988, a tática passa a ser a de dar visibilidade à luta quilombola e difundir a autodeclaração desses sujeitos.

Ainda que para a efetiva regularização fundiária nos territórios com quilombolas ainda faltem profundas ações institucionais, pode-se dizer que o final do século XX marca o êxito, no âmbito da aceitação legal e cultural, do princípio autodeclaratório. Ao reconhecer a definição de ser quilombo, como uma afirmação

5 Halbwach (1968) escreve sobre o tema, sendo alvo de críticas por Pollak (1989).

política e cultural, é dado à construção da geografia e da historiografia a tarefa de analisar, mais do que nunca, esses territórios a partir da oralidade que os constitui, tornando esta como uma das principais fontes e, até, um princípio de pesquisa.

Pode-se dizer que desde a Constituinte de 1988, a organização política, bem como o número de territórios quilombolas rurais mapeados e/ou certificados junto às instituições públicas cresceu significativamente.

Por outro lado, no quesito urbano, o conceito ainda possui definição difusa e pouco reconhecimento no aparato institucional. Parte disso tem a ver com o fato de que o discurso urbano e o “planejamento tecnocrático”⁶ – e em certa medida a maioria de sua crítica – veem na reprodução da malha e da economia urbana, fator inviabilizador da permanência de solidariedades e culturas oriundas de territórios rurais ou suburbanos pretéritos.

Além disso, parte-se do pressuposto de que o caráter universalizante ou homogeneizante da urbanização submete a todos indistintamente uma assimilação da cultura e do trabalho “moderno”, o que levaria a uma irreversível supressão gradual das cosmologias específicas que os grupos (migrantes, etnias, etc.) imprimem ao espaço urbano.

Para lidar com as possibilidades contemporâneas de apresentação da identidade quilombola, parto da proposta de Carril

6 Planejamento pretensamente técnico mas que possui fins de mercado (SOUZA, 2000).

(2006), definindo o quilombo como uma forma de luta que se originou no sistema escravista e colonial, mas que pela própria permanência dos efeitos da colonialidade, existe até hoje. Esta forma de luta se define a partir da autoidentificação no (re)existir afrodescendente e na busca por direitos, seja no campo ou na cidade. A autoidentificação pode ser lida como componente político-organizativo capaz de (re)territorializar um grupo, atuando na formulação sobre demandas econômicas, culturais, ambientais e políticas em que a etnicidade tem um caráter mobilizador.

Sendo assim, concebe-se a oralidade como fonte decisiva para a construção da Geografia e da Historiografia das periferias urbanas, por esta ser fundamental na reconstituição da memória da urbanização da cidade a partir de olhares periféricos. Isso implica ressaltar o papel dos quilombos suburbanos pretéritos na construção do espaço contemporâneo (caso do *kipovi cabuleiro*) e o pensar as possibilidades de autoafirmação para a consolidação de novos quilombos urbanos (caso do quilombo Nova Constituinte).

O *Kipovi Cabuleiro* e a herança negra no território do Cabula

Conforme mencionado, a historiografia e pesquisas diversas destacam o papel que tiveram os quilombos na dinâmica de Salvador e de toda a região econômica da cana-de-açúcar e do fumo, no período colonial (REIS, 1996).

Os assentamentos dos negros e negras que fugiram do sistema, daqueles que compraram sua liberdade e de outros mais foram sendo conhecidos como mocambos e quilombos que davam

suporte aos escravizados e mantinham vivas práticas relativas à cosmovisão de cada povo.

Esses núcleos se fortaleceram com a agricultura e as redes de comércio que forneciam subsídios para os pontos de ganho, áreas onde os negros e negras atuavam em Salvador, vendendo força de trabalho, alimentos diversos, ervas, entre outros.

Pode-se dizer que no início do século XIX esses quilombos já haviam consolidado um grau maior de organização política (REIS, 1996), com destaque para o quilombo do Urubu, liderado pela Rainha Zeferina.

Alguns grupos quilombolas atuavam promovendo revoltas e saques na cidade, nas estradas ou nos engenhos; o que se justificava pela estratégia de libertação do povo descendente africano e de livre expressão de sua cultura e cosmovisão.

Pensando o Cabula⁷ – que passou a denominar um distrito e um bairro homônimo – muitas são as evidências da consolidação dispersa de vizinhanças negras (MOTA, 2016), o que permite caracterizar a existência de uma territorialidade quilombola suburbana na área ao longo do século XIX e início do XX (NICOLIN, 2016).

Nesta grande área, que serviu de moradia e passagem para muitos descendentes africanos, foram fundadas algumas das primeiras comunidades pós-Abolição, como Beiru, Engomadeira, Mata Escura, Estrada das Barreiras, Arraial do Retiro, São Gonçalo do Retiro, Saboeiro, *Cacunda Yayá* – atual Sussuarana –, Pernambués (NICOLIN, 2016).

7 O topônimo tem origem na palavra *Kimbula* da língua Quicongo de origem banto (NICOLIN, 2016).

Inserida na territorialidade Cabula, pode-se destacar o papel do negro Gbeirú, liderança negra que adquiriu as terras da fazenda Campo Seco e compartilhou as terras com famílias negras que necessitavam de moradia e orientação, em sua homenagem, essas terras anos depois seriam denominadas Beiru (NUNES, 2015).

Essas localidades eram frutos de ocupações antigas e de negros e negras que inaptos a comprar uma terra, ocuparam esta área suburbana, buscando subsistência e liberdade sem estar longe da cidade. Alguns também trabalharam como posseiros em fazendas de laranja e outros gêneros, muito comuns no início do século XX, no entorno do Cabula.

Há uma dimensão física na constituição da territorialidade cabula, segundo Nicolin (2016), que diz respeito à construção de um espaço de vida alternativo àquele que era Salvador e o mundo colonial. Nesse quesito, a separação era materializada nas ladeiras, como a Ladeira do Cabula, a Ladeira de Pedra e a Ladeira do Arraial.

Segundo Nicolin (2016: 93) elas eram um “[...] elo que une o espaço urbano de Salvador ao espaço da mata dos antigos moradores até a década de 60”. Muitas eram as dificuldades de acesso, mas tinha-se a maior tranquilidade para exercer a liberdade religiosa e reproduzir a vida segundo a cosmovisão do seu povo.

Figura 6: Baixa do Cabula e vale do Camarajipe (ano desconhecido).



Fonte: Nunes (2015).

Nesse sentido, as águas foram muito importantes para a construção da territorialidade cabula, em destaque a Lagoa do Cascão e as águas da bacia do rio Camarajipe que foram importantes para a territorialização destes grupos, a abundância de água atendia a demandas da realidade material, espiritual e simbólica. No início do século XX há a consolidação de diversos núcleos religiosos como o terreiro do Bate Folha (figura 7).

O papel da religiosidade é destacada na ocupação suburbana do Cabula do final do século XIX e início do século XX. O estudo da memória coletiva e do patrimônio do Cabula revela a forte presença da tradição de educação oral do reino Kongo e do culto religioso como elemento da organização social (NICOLIN, 2016).

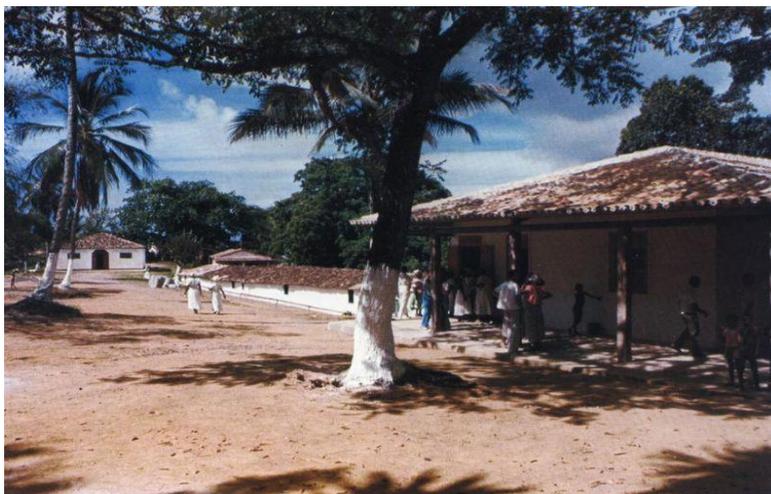
Figura 7: Terreiro do Bate Folha em Mata Escura (1916).



Fonte: A força do negro (acesso 13/06/2019)

Nesse sentido a oralidade na educação e no exercício da espiritualidade colaborou com a religiosidade afro-brasileira, de modo que muitos são os terreiros importantes situados nessa área como Ilê Axé Opó Afonjá (figura 8).

Figura 8: Ilê Axé Opo Afonjá (ano desconhecido).



Fonte: Wikipédia (Acesso em 13/06/2019).

Esse contexto criou importantes lideranças comunitárias e políticas diretamente ligadas com os princípios de uma descendência e cosmovisão africana, a exemplo de Miguel Arcanjo do Beiru, Mãe Aninha do São Gonçalo, Bernardino do Bate Folha na Mata Escura e Mãe Hilda dos Pernambués.

Essas lideranças representam apenas alguns exemplos de como a territorialidade negra do Cabula, com forte representação cultural na tradição quicongo, produzia esta área suburbana da cidade e que foi responsável por reivindicações importantes ao longo do processo de reestruturação e metropolização ocorrida em Salvador no pós-1960.

O crescimento populacional atrelado a este ciclo da urbanização também fez crescer a presença da religiosidade negra nesses bairros quilombolas, como demonstra o exemplo do bairro Pernambués, onde a maioria dos terreiros hoje existentes, foram inaugurados nesse período (tabela 1).

Tabela 1: Terreiros de religiões negras em Pernambués (2017).

Nome	Fundação	Nação	Localização
Casa de Tiratema	1944	Nagô Vodum	Chácara da Perserverança
Centro de Umbanda	1956	Umbanda	Baixa da Horta
Ilê Aláaakorô Asé Omi	1956	Keto	Chácara da Perserverança
Terreiro de Obirijenan	1960	Keto	Chácara da Perserverança
Auxiliar Sultão das Matas Virgens	1962	Angola	Vila Dois de Julho
Ile Axe Ninfá	1966	Keto	Av. Thomaz Gonzaga
Ilê Axé Opo Jimum	1966	Keto	Baixa da Horta
Com Deuses e as Águas	1968	Keto	Baixa do Manu
Nome desconhecido	1969	Keto	Av. Thomaz Gonzaga
Orobê	1974	Angola	Rua Santa Verusa
Terreiro Omoloyá	1986	Keto	Av. Thomaz Gonzaga
Ilê Reliquia de Ogum Ojum Orum	1989	Alaketo	Rua Alto da Mangueira
Terreiro de Ijeajé de Oiá	1989	Jeje	Rua Guaratinga
Ilê Axé Kawru N'lá	1993	Keto	Av. Thomaz Gonzaga
Terreiro de Oxum	2002	Angola	Rua São Sebastião
Kakurakaia	2003	Angola	Manguinhos
Unzó oyá Sidã	2004	Angola	Rua São Roque

Fonte: Rossi (2018).

A organização política e religiosa cobrava dos governos medidas e mantinha uma coesão interna e um apoio às famílias que viviam nas comunidades negras da territorialidade Cabula. Por estar muito próxima do novo centro “moderno” da cidade, onde foi construído o primeiro *shopping center*, o distrito do Cabula passaria a ser um vetor crescente de adensamento urbano, com muitos projetos conduzidos pelo mercado imobiliário formal, mas também com muitas áreas de ocupação informal.

Demonstrando como os saberes e fazeres ancestrais foram importantes inclusive nesse período em que cresce a urbanização, os estudos de Lima (2016) e Rossi (2018) apresentam a agricultura como prática muito comum em dois bairros do Cabula: Pernambués e Saramandaia, durante todo o século XX.

Estas áreas já possuíam fazendas e hortas antes de 1960, porém com o crescimento da urbanização e da ocupação popular as hortas cresceram e chegaram a abastecer uma das principais feiras da cidade situada na 7 portas, serviam de alimento e renda para centenas de famílias. As hortas não eram bem vistas pelo governo, como destacou relatório da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (BAHIA, 1976), mas atendiam a muita gente e dando inclusive nome a uma localidade em Pernambués, como ficou conhecida a Baixa da Horta que hoje não mais as possui.

Mesmo tendo reduzido muito sua presença, por conta da valorização do solo e das intervenções urbanas pós-2000, as hortas continuam existindo em Saramandaia e em lugares de Pernambués como Baixa da Guine, Baixa da Paz, entre outras. Como afirmaram Lima (2016) e Rossi (2018) a memória local identifica a agricultura com a tradição rural de muitos dos que ocuparam a área.

Nesse contexto, a urbanização tende a promover uma homogeneização sociocultural, porém algumas vezes a construção do patrimônio e da memória podem assegurar a não negação absoluta das raízes.

De fato, por trás da transmissão de bens (econômicos e simbólicos) operada por esse grupo patrimonial chamado —familiar, encontra-se a linhagem, ou seja, o conjunto das relações de ascendência e descendência regido por uma ancestralidade que não se define apenas biologicamente, mas também política, mítica,

ideologicamente. Patrimônio é algo que remete à coletividade, ao antiindividualismo (SODRÉ, 2002b, p. 74).

Em convergência, a memória coletiva da territorialidade Cabula, expressa pelo *kipovi cabuleiro*, e seus representantes mais velhos e muitos dos mais novos revela um sentimento de pertencimento com o grande Cabula e seus lugares.

A memória coletiva, que é contada em escolas, centros religiosos, ONGs e que é passada para os filhos não se perde por inteiro e esses elementos continuam vivos a reprodução do espaço urbano contemporâneo, revelando inúmeros desafios para a construção de um processo de incorporação dessas narrativas com a memória e a educação oficial que são veiculadas.

Nova Constituinte e a construção do quilombo urbano

A história de Nova Constituinte inicia-se na década de 1980, a partir da sistemática ocupação de terrenos de uma antiga fazenda, próxima ao bairro de Periperi, localizado no Subúrbio Ferroviário.

Foi por meio da luta e resistência daqueles que ali optaram por morar que esta comunidade se consolidou e, com o passar dos anos, tem ampliado em tamanho, densidade e também em suas conquistas por direitos e políticas públicas.

As histórias contadas na associação de moradores (figura 9) revelam o processo de construção coletiva de um território de pessoas que sofriam com os históricos problemas de acesso à moradia e cidadania por sua herança negra e/ou rural em um contexto em que a urbanização planejada pelos Governos Militares produzia intensa segregação socioespacial e racial.

Figura 9: Reunião na Associação de Moradores Quilombo da Nova Constituinte (2012).



Fonte: Arnaldo Anselmo (2012).

Recentemente reconhecido como bairro pela Lei Municipal 9.278/2017, Nova Constituinte possui, segundo dados do Plano de Bairro (SALVADOR, 2008), 12.572 habitantes, sendo que 95,2% deles se declaram pretos ou pardos. Segundo dados de 2010 do IBGE, organizados pela CONDER, no bairro, 96,3% dos responsáveis por domicílio possuíam, naquele ano, rendimento mensal inferior a dois salários mínimos.

A precaridade dos empregos estava associada também a baixos salários e vínculos informais o que inviabilizava, para a maioria, o acesso a uma residência pelo mercado formal de moradia. A alternativa era construir, ainda que aos poucos, uma moradia própria, ocupando e enfrentando polícias ou jagunços; o que viabilizou uma vizinhança coesa. Além do vínculo de parentesco, muito comum, o compartilhar de desafios cotidianos, como a autoconstrução e a necessidades de gestões locais favoreceram a

territorialização do grupo que inicia-se com pouca densidade e com muitas práticas e valores culturais relativos ao mundo rural.

Tudo começa quando alguns moradores das redondezas descobriram que a fazenda da família Almaque Vasconcelos, próxima de uma importante área suburbana chamada Periperi, possuía débitos junto a Prefeitura Municipal de Salvador. Isabel Bonfim, líder de um terreiro de candomblé, é lembrada com destaque por participar na linha de frente das primeiras ocupações. Alguns, mais novos, souberam da ocupação através do grupo jovem da Igreja Católica local, que atuava no Subúrbio Ferroviário na promoção de direitos sociais básicos, através da implementação de centros comunitários (PASSOS; ROSSI, 2017).

Foram crescendo aos poucos o número de caminhos entre o grande matagal que era a fazenda, sendo abertos pelos próprios moradores que por ali iam demarcando lotes e construindo suas casas, à época, de taipa, argila, plástico e Eternit.

A ocupação que começou em 1985, no primeiro momento era conhecida como parte da invasão Barreiro, promovida por moradores que ocuparam terras próximas a Rua da Glória de Periperi. O nome Nova Constituinte foi escolhido em reunião dos moradores logo nos primeiros anos, em homenagem ao processo de eleição de um parlamento Constituinte que mobilizava todo o país.

Prevaleceu, portanto, entre os primeiros moradores um sentimento de identidade comum, laços estabelecidos no processo trabalhoso de criação das condições de moradia e reprodução da vida. A construção comunitária assim marcou a organização local, não apenas em âmbito residencial.

Essa participação ativa de alguns dos primeiros moradores e moradoras também ocorria pela relação de parentesco comum entre

os vizinhos. Segundo os depoimentos algumas famílias vieram inteiras morar no bairro, favorecendo ainda mais essa integração, que foi responsável pela criação da Associação de Moradores de Nova Constituinte, fundada em 1987, sob a liderança de Lígia Bonfim.

Também nos primeiros anos da ocupação, foi consolidada a escola comunitária de Nova Constituinte. Criada por iniciativa dos próprios moradores, que solicitaram ao Padre Oliveira a utilização do pequeno imóvel que seria a capela na rua principal.

A creche tornou-se o principal *locus* de integração comunitária. Responsável por alfabetizar as crianças, este espaço também recebia reuniões comunitárias e, posteriormente, do Movimento de Cultura e Movimento em Defesa da Educação. Sobrevivendo até os dias de hoje, a creche foi responsável pela formação de inúmeras gerações de moradores do bairro.

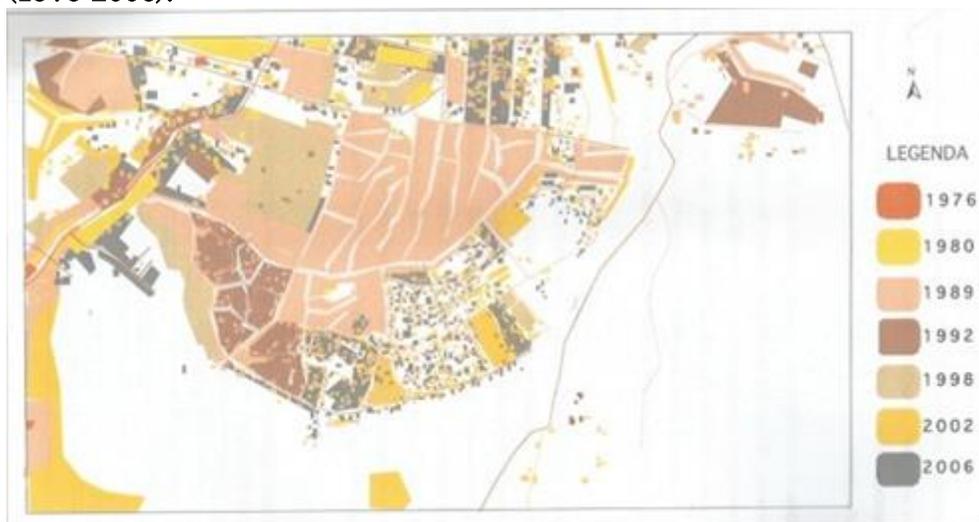
Na primeira década de sua história, Nova Constituinte possuía precárias condições de urbanização: sem pavimentação, luz ou esgoto. Para beber água, era preciso acessar uma das fontes, localizadas nas partes mais altas.

A unidade em prol da educação e da infraestrutura no bairro, somado às resistências ao racismo social e institucional, consolidaram entre parte dos moradores uma identidade quilombola e a busca comum por emancipação popular, representada pela emancipação enquanto bairro e garantia de direitos, ainda que em meio a conflitos com alguns agentes da polícia, da política ou do tráfico. Desta forma, inúmeros são relatos de perseguições e ameaças, sendo que muitos moradores tiveram que deixar a comunidade por isso.

A passagem do final da década de 1990 para o início de 2000 constituiu uma transição muito importante para o lugar, tanto em

termos demográficos, como em termos políticos. Para se ter uma ideia, em 1992 residiam em N. Constituinte 4.260 habitantes, este número chega, em 2000, a ser de 9.769 moradores (SALVADOR, 2008), implicando um crescimento significativo da malha urbana (figura 10).

Figura 10: Evolução da ocupação urbana em Nova Constituinte (1976-2006).



Fonte: Salvador (2008).

Agora mais consolidadas, as vizinhanças que tinham sido construídas a partir de mutirões e outras iniciativas locais entre familiares e amigos, tinham outras demandas a reivindicar. A demanda crescente por moradia e a falta de equipamentos públicos adequados exigiram uma organização interna mais forte e unificada, favorecendo uma rearticulação da liderança local, alicerçada na ideia de que N. Constituinte era um quilombo urbano.

Esse novo momento facilitou a tentativa de alguns moradores antigos, entre eles sr. Luiz Fernando, que buscavam a rearticulação da liderança comunitária, de criar a Associação

Quilombo Nova Constituinte por volta de 1992. A ideia desse grupo era retomar as ações comunitárias, tendo como base o acúmulo político da escola comunitária local, que era o principal espaço de integração e fortalecimento da vida comunitária local, mantida com a colaboração de muitas pessoas. Essa experiência de autoconstrução da comunidade e do exercício da educação popular remeteu, para essa geração de lideranças, uma identificação com a luta quilombola.

[...] quilombo porque desde o primeiro momento do surgimento de N. Constituinte sempre foi uma questão de resistência, a comunidade sempre teve embates, sempre resistiu. Eu ouvi também uma história de uma moradora muito antiga, que não está mais entre a gente, de que ela disse que quando ela morava na rua da Glória, ali ainda não era N. Constituinte, mas ela já ocupava essa mata, muito ousada, numa ponta, os donos da área deixavam que ela ficasse, então Dona Lindaura dizia que quando ela chegou ela ainda encontrou índio, que encontrou uns negros que faziam carvão, que tinha umas coisas assim, ela contava umas histórias muito... (suspiro) e nos levou na área, que hoje é onde está sendo o centro comunitário, que está construindo, então é isso, terminou a gente vendo que tinha essa identidade de negro, de quilombo e aí a gente precisou marcar, fazer com que isso ficasse marcado na comunidade (Arnaldo Anselmo, 29/09/2017).

Deve-se destacar também o papel dos candomblés na ocupação local, de modo que, antigamente, existiam dezenas deles, alguns com atuação notável na comunidade. Atualmente a Associação Quilombo Nova Constituinte tem apenas ciência da existência de 4 terreiros e atesta um crescimento das igrejas protestantes, mas afirma que a tolerância tem prevalecido entre os grupos. É notório, segundo as entrevistas, o papel que tiveram os centros de religião de matriz africana na formação do bairro, atuando

com acompanhamento e projetos junto a muitas famílias.

As lutas e resistências constantes fortaleceram os vínculos internos. Segundo os entrevistados a educação foi o fator mais preponderante da integração interna. O fato de os principais eventos locais ocorrerem na escola comunitária e que quase todos os jovens tinham estudado lá, a tornaram centro cultural que tem favorecido a solidariedade entre os moradores (PASSOS; ROSSI, 2017).

O papel da nova associação que surgira, oriunda dos colaboradores da Escola Comunitária, e que buscava diálogo com instituições diversas como igrejas, ONGs, universidades, colaborou para o planejamento interno, quando, na década de 2000, foi realizado o Plano de Bairro participativo (SALVADOR, 2008), elaborado por meio de uma parceria financeira e técnica da UNEB e Prefeitura Municipal de Salvador, mas conduzido pela Associação Quilombo Nova Constituinte e a Escola Comunitária.

O processo contou com a realização de inúmeros encontros, debates e votações entre membros da comunidade e técnicos do poder público. No documento final consta o diagnóstico socioespacial e o conjunto de intervenções almejadas pelos moradores, que opinaram sobre as intervenções, resultando em diretrizes para obras de saneamento, reforma de casas, construção de equipamentos de educação e lazer, bem como criação de uma estação científica e ecológica no rio Paraguari.

Ainda que grande parte das intervenções sugeridas no plano de bairro não tenha saído do papel, permanecendo alvo de cobrança por parte dos moradores, a elaboração do mesmo foi pedagógica e fortaleceu a construção do sentimento de pertencimento ao bairro, também endossado pela gestão da Associação Quilombo Nova Constituinte.

Pode-se dizer que a luta local favoreceu sua visibilidade e a tática de se autoafirmar bairro e quilombo conseguiu lograr alguns êxitos em termos técnicos, práticos e simbólicos. Demarcando uma posição contra a segregação urbana e racial, essa afirmação busca superar, estruturalmente, uma condição de pretensa subalternidade imposta pelo poder público. Lidando com problemas como o racismo ambiental e institucional a construção da luta e de uma narrativa em prol do bairro e quilombola tem gradualmente apresentado resultados considerados positivos.

Como afirmam os dirigentes locais, uma tática coletiva que se consolidou no final do século XX e início do XXI foi a luta para difundir o sentimento de pertencimento dos moradores, que deveriam reconhecer N. Constituinte como bairro. Só assim, visualizavam as lideranças, era possível conter a discriminação e buscar investimentos e políticas públicas.

Ocorre que por ser uma “invasão”, N. Constituinte era considerada pelo poder público como uma pequena parte do grande bairro Periperi, que apenas fazia investimentos nas áreas centrais deste último. A luta pelo reconhecimento como bairro significou, portanto, um reposicionamento político daquele território em relação à cidade e seu planejamento e gestão.

Essa luta logrou êxito com a aprovação da lei de bairros em 2017, marco importante que intensifica o sentimento de pertencimento local, favorecido também por outra conquista recente, que é a entrega das cartas pelos Correios na maioria das casas do bairro.

A organização local tem favorece no século XXI novos investimentos, como o do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), com a pavimentação de ruas, construção de passeio e meio-

pio, reforma de casas, implementação de saneamento, construção do Centro Comunitário, entre outras ações.

Nos últimos anos, também, foram concluídos os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) Hélio Viana (2015) e Willian Goés (2016) e foi implementada a primeira linha de microônibus (N. Constituinte – Calçada), atendendo a reivindicações antigas dos moradores.

A resistência contra a discriminação se deu, mais uma vez, com a luta travada por volta de 2010 contra um programa televisivo sensacionalista. Este promovia calúnias contra a comunidade, afirmando ser ali um território do crime, onde predominava o uso e tráfico de drogas. Em uma ocasião, o apresentador e um delegado simularam uma perseguição no bairro que nunca existiu. A reação local foi provocar o Ministério Público, o que fez com que os dois envolvidos não pudessem falar do bairro nem atuar nele.

Momentos como esse só reforçaram a promoção política e cultural de N. Constituinte enquanto bairro de característica quilombola. O resgate de sua ancestralidade negra é, portanto, uma ferramenta para se afirmar perante a sociedade, e fortalecer a autoestima local, especialmente dos jovens.

No contexto de excessiva segregação socioespacial e racial é que emergiu como tática a construção de uma identidade comum de resistência comunitária em torno do reconhecimento da luta quilombola também como uma luta urbana, bem como a necessidade de emancipar um bairro frente a Periperi, para que a comunidade pudesse, de fato, ser visibilizada e receber os investimentos necessários do poder público.

Considerações finais

Como indicaram duas questões anteriormente citadas, os estudos de caso aqui apresentados visavam verificar a pertinência dos estudos sobre quilombos urbanos e suburbanos para a compreensão do espaço urbano contemporâneo.

Ao analisar a estratégia quilombola como elemento norteador da organização política e cultural em muitos espaços periféricos de cidades que foram centros coloniais e escravistas como Salvador, pôde-se perceber a importância de incorporar a memória coletiva desses grupos na leitura do espaço urbano.

A análise do caso do *kipovi cabuleiro* demonstra a existência de nexos da influência cultural africana no passado e no presente, inscrita no patrimônio (terreiros de candomblé, ruas e equipamentos autoconstruídos) e na memória traduzida em blogs locais, registradas em entrevistas e apresentada por lideranças e educadores locais.

Esse estudo permitiu refletir sobre a importância dos quilombos suburbanos para compreensão da urbanização recente, favorecendo uma leitura menos eurocentrada da geografia e da história da cidade.

A linha teórico-metodológica pode assim favorecer estudos sobre outras territorialidades quilombolas suburbanas e seus nexos com os bairros contemporâneos de Salvador (como Itapuã, Matatu e Liberdade) ou até de outras cidades; lugares com grande concentração de negros e tradições vivas no patrimônio e na memória local.

O estudo de caso sobre Nova Constituinte nos alerta sobre a necessidade de não limitar o conceito de quilombo urbano a áreas onde há territorialização foi colonial e pretérita, visto que o critério

deve ser autodeclaratório e que a reterritorialização através de um resgate da identidade cultural e política quilombola também representa um meio possível do ser quilombo na contemporaneidade.

Nesse sentido, a manutenção de uma identidade quilombola parte de uma atuação cultural, educacional e política de resgate de uma autoestima e de uma cosmovisão africana ou afrodescendente que assegure maior dignidade ao humano e uma relação mais holística com o meio ambiente.

A luta por direitos e a afirmação de uma identidade cultural que deixaram marcas entre os negros no passado, são retomadas de múltiplas formas para entoar a luta de negros e negras nas periferias de grandes metrópoles nos dias de hoje.

Referências bibliográficas

BERNADINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 31, n. 1, p. 15-24, jan/abr. 2016.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Estudos sobre Pernambuco. Salvador, 1978. (Plano Metropolitano de Desenvolvimento)

_____. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. *Plano estadual de habitação de interesse social e regularização fundiária*. Salvador, 2012.

CARRIL, L. F. B. *Quilombo, Favela e Periferia: A Longa Busca da Cidadania*. São Paulo: Annablume, 2006.

CARVALHO, I. M. M.; BARRETO, V. S. Segregação residencial, condição social e raça em Salvador. *Cadernos Metrópoles*, São Paulo, vol. 18, p. 251-273, 2º sem. 2007.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2 ed., 2005.

CONSTANTINE, Collin. *The Rise of Income Inequality in Guyana*. Kingston University, 2016.

COSTA, Wanderley Messias. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo, EDUSP, 1992.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Coleção Sur-Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 17 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GARCIA, A. S. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'Oxum, Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. 2006. 403 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

HALBWACH, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editoria Revista dos Tribunais, 1990.

HÖLLDAMPF, K.; ROTHFUSS, E. *Auto-organização urbana em bairros desprivilegiados: possibilidades e limites para a articulação autônoma em Salvador, Bahia*. Salvador: GeoTextos, vol. 9, n. 1, jul. 2013.

LAPIER, R; BECK. *City Indian: Native American Activism in Chicago, 1893-1934*. EUA: University of Nebraska Press, 2015.

LIMA, Adriana N. V. *Do direito autoconstruído ao direito à cidade: porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia*. 239 f. Salvador: Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo 2016.

MATOSO, Kátia de Queiros. *Ser Escravo no Brasil*. 3ª edição. Editora Brasiliense. São Paulo.SP.1990.

MOTA, Flávio O. *A dinâmica afrodescendente no contexto espacial do Cabula – Salvador/BA*. Salvador: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2016.

MUNANGA, K. *Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf> . Acesso em 23/09/2017.

NASCIMENTO, Laura Gomes. *“Aqui são usos e frutos”*: uma análise antropológica sobre a comunidade quilombola do Alto do Tororó na Baía de Aratu, Salvador, Bahia. 123 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

NICOLIN, Janice de Sena. *Kipovi Cabuleiro*: um tom de memória do Cabula. 289 f. Salvador: Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia, 2016.

NUNES, Pedro. O negro Beirú. Salvador, 2015. Disponível em <https://ungareia.files.wordpress.com/2015/10/o-negro-beiru-cordel.pdf>

OLIVIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, 2, 1972.

PALMARES, FUNDAÇÃO CULTURAL. Comunidades Quilombolas. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=BA>.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 01. n. 1, 1989.

PORTAL, María. *El desarrollo urbano y su impacto en los pueblos originarios en la Ciudad de México*. Alteridades, vol.23, no.46, México, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-70172013000200005. Acesso em 12/04/2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Coleção Sur-Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, SÃO PAULO, v. 28, 1 4 -3 9, d e z./ f e v. 1995/1996.

ROSSI, Rinaldo de Castilho. *Lugar e cotidiano no bairro de Pernambués, na cidade de Salvador-BA*: segregação e fragmentação. Salvador: Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências (UFBA), 2018.

ROSSI, Rinaldo C.; PASSOS, Natali. Nova Constituinte: da invasão, ao quilombo, ao bairro. In: Seminário Salvador e suas cores, 2017, Salvador: Anais do evento, 2017.

SALVADOR, Prefeitura Municipal de Salvador. *Projeto de elaboração de metodologia para desenvolvimento de plano de bairro: Nova Constituinte*. Salvador, Universidade Estadual da Bahia, 2008.

SANTOS, E.; PINHO, J. A. G.; MORAES, R. L. S; FISCHER, T (Orgs.). *O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. 486p.

SANTOS, Milton. _____. *Espaço do cidadão*. São Paulo (SP): Hucitec, 1987.

_____. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro. BERTRAND, 2000.

TELLES, E. E. *Racismo à Brasileira. Uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2003.

Submetido em: 06 de maio de 2019.

Devolvido para revisão em: 06 de junho de 2019.

Aprovado em: 15 de junho de 2019.

Como citar este artigo:

ROSSI, Rinaldo de Castilho. Memória de outra cidade: os quilombos e a urbanização de Salvador (BA). **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 393-438, jan.-jun./2019.